

**ARQUEOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS – DA TEORIA À PRÁTICA:
O CASO DA GRUTA DO BATISMO**
ARCHAEO TOURISM IN AMAZONAS STATE – FROM THEORY TO PRACTICE: A CASE STUDY AT GRUTA
DO BATISMO

Margaret Cerqueira
Edithe Pereira

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



ARQUEOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS – DA TEORIA À PRÁTICA: O CASO DA GRUTA DO BATISMO

Margaret Cerqueira¹
Edithe Pereira²

Resumo: Diferentemente da Europa, onde há uma tradição consolidada, o arqueoturismo no Brasil ainda está em construção. No Amazonas, o potencial arqueológico é grande. Sítios e materiais arqueológicos vêm sendo registrados desde as expedições dos primeiros naturalistas e viajantes até os dias atuais. No entanto, são incipientes as pesquisas voltadas para o aproveitamento do patrimônio arqueológico como atrativo turístico por meio de ações planejadas que possam vir a contribuir com a preservação do bem cultural. Este artigo, sem a pretensão de um aprofundamento bibliográfico, apresenta o sítio arqueológico Gruta do Batismo, para o qual foi feito o planejamento como atrativo turístico – nunca efetivado – e que vem sendo depredado ao longo dos anos revelando a falta de diálogo entre os órgãos federais, estaduais, municipal e privado, responsáveis pela proteção do patrimônio arqueológico.

Palavras chaves: Turismo Arqueológico, Patrimônio Cultural, Arqueoturismo.

Abstract: In contrast to Europe, where there is a consolidated tradition of archaeotourism, this practice is under construction in Brazil. The archaeological potential of the Amazon is great. Sites and archaeological material have been identified from early expeditions of naturalists up through the present. However, research is incipient on the use of Brazilian archeological heritage as a tourist attraction that, through coordinated actions, can contribute to the preservation of this cultural asset. This article focuses on the archaeological site Gruta do Batismo where a cultural tourism project was planned but never implemented and which suffers from constant degradation. We document the evident lack of communication between the parties - the federal, state, and local governments and the private sector - responsible for the protection of this archaeological heritage.

Keywords: Archaeological Tourism, Cultural Heritage, Archaeotourism.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo passado da humanidade esteve sempre presente entre os diferentes grupos com capacidade cognitiva que se sucederam na escalada evolutiva. Nesse contexto, desenvolve-se também uma simpatia pela apropriação de objetos representativos para os diferentes grupos humanos, dando origem aos colecionadores e como desmembramento, ao conceito de preservação, no sentido de ter a posse e garantir a manutenção daquele bem, mesmo que este conceito ainda não tivesse sido cunhado. De qualquer forma, este conceito, mesmo que não estivesse claro e cientificamente definido, fazia parte do inconsciente dessas pessoas que se apropriavam de um bem, apenas pelo fato de lhes proporcionar prazer.

Uma das primeiras definições do conceito de arqueologia³ se associava apenas ao segmento pré-histórico, possivelmente pela necessidade de responder a questões existenciais, a exemplo: quem sou eu?

¹ Arqueóloga Graduada pela Universidade Estadual do Amazonas – UEA, e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS/UFAM.

² Arqueóloga – Museu Paraense Emílio Goeldi. Pesquisadora do CNPq.

De onde venho? Que sempre permearam a mente do homem anatomicamente moderno, o *Homo sapiens sapiens*.

A arqueologia busca conhecer os processos culturais que constituem a história das sociedades do passado e sua relação com as sociedades contemporâneas, por meio dos testemunhos arqueológicos que são encontrados em diferentes níveis de conservação. Para Childe, “os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da ação humana, ou melhor, são os restos materiais da conduta humana” (1977, p.10).

Na esteira do conhecimento arqueológico foram surgindo outros segmentos ou outras denominações: arqueologia histórica, que no Brasil surgiu por volta dos anos de 1960, muito embora na Europa já estivesse em franca expansão; arqueologia pré-colonial, emergente no Brasil na década de 1990, por se entender que o prefixo “pré” antecederia a história admitida somente após o surgimento da escrita, dentre outros.

Certo é que nas experimentações de acertos ou erros, instaurou-se um campo propício para vários enfoques nos estudos arqueológicos como o estudo da Cultura Material (vasos, utensílios líticos, casas ou estrutura de casas, arte rupestre); dos restos humanos e/ou práticas funerárias (como eram e viviam, presença de doenças, dieta alimentar e processos de sepultamento); e da população em geral (estrutura da sociedade e outros).

Os diversos enfoques da pesquisa arqueológica possibilitam cada vez mais conhecer o passado da humanidade, o que torna ainda mais fascinante os lugares onde as antigas populações viveram ou deixaram o registro da sua passagem. Esses lugares – os sítios arqueológicos – constituem hoje um atrativo turístico em diversas partes do mundo. As pirâmides do Egito, a cidade Inca de Machu Picchu, no Peru, as Grutas Paleolíticas da Europa, os sítios com a arte rupestre da Serra da Capivara no Brasil são alguns exemplos de lugares que recebem visita pública.

Para Souza e Corrêa (1998), o turismo científico vai subsidiar uma das primeiras abordagens de visita a sítios arqueológicos, depois turismo cultural (onde a arqueologia se inscreve), seguido pelo turismo arqueológico cuja denominação variou ao arqueoturismo, sendo essa última terminologia difundida nos anos 2000. O arqueoturismo caracteriza-se pelo interesse do turista em procurar as áreas com evidências materiais de sociedades pregressas que trazem informações objetivas e/ou subjetivas acerca de suas dinâmicas culturais. Para Manzato (2005), o turismo arqueológico é um processo proveniente do interesse e permanência do visitante nos sítios arqueológicos que permitam a visita terrestre ou aquática, sejam eles pré-históricos ou históricos.

Nessa linha, Pereira e Figueiredo (2005), em uma análise aos sítios arqueológicos dos municípios de Monte Alegre e São Geraldo do Araguaia, no Estado do Pará, discorrem sobre a necessidade de estudos

³ Vocábulo de origem grega cuja decodificação: archaios = antigo + logos = estudos, tratado etc., ou seja, o estudo do antigo.

multidisciplinares prévios para subsidiar as ações planejadas para o aproveitamento do patrimônio arqueológico como atrativo turístico.

As primeiras experiências de visitação pública a sítios arqueológicos no Brasil data do final da década de 1970, no sítio arqueológico Sambaqui do Forte, município de Cabo Frio, no Rio de Janeiro. O projeto foi coordenado pela arqueóloga Lina Maria Kneip, do Museu Nacional, que desenvolveu uma campanha de sensibilização quanto à preservação do patrimônio arqueológico junto aos moradores, visto que eles coletavam os objetos arqueológicos provenientes do Sambaqui⁴ e os descartavam no mar ou em lugares incomuns. Durante as escavações no Sambaqui do Forte, a arqueóloga sugeriu que esses objetos fossem depositados na igreja por ser um lugar comum a todos. Assim, a igreja local que já era alvo de visitação turística passou a agregar o patrimônio arqueológico como atrativo turístico. Na sequência, o próprio sítio Sambaqui do Forte foi aberto para visitação sendo monitorada pela arqueóloga Lina Maria Kneip (informação pessoal de Arminda Mendonça de Souza).

No Brasil, os estudos sobre arqueoturismo ainda são incipientes e a maior parte das informações encontra-se dispersa, o que dificulta a sua consulta. Alguns estudos apresentam quantificações não consensuais de sítios arqueológicos abertos à visitação pública.

A título de introdução sobre o tema do arqueoturismo no Brasil é possível apresentar três quadros que discutem o patrimônio arqueológico como atrativo turístico e posterior produto: Andrade (2007) trata sobre o turismo arqueológico na Amazônia, particularmente no Estado do Pará; Thomaz e Ferreira (2012) na perspectiva da analogia entre o aproveitamento para visitação dos Parques Arqueológicos da Espanha e do Brasil; e Guimarães (2012) acerca do turismo arqueológico em Iranduba, no Estado do Amazonas. Todos partem do entendimento de que atrativo turístico é todo e qualquer patrimônio passivo de sofrer intervenções planejadas com vistas a promover o fluxo de turistas, por meio de infraestrutura que possibilite o acesso do turista e a garantia da preservação do bem cultural.

A pesquisa de Andrade (2007) identificou no Brasil 152 sítios arqueológicos considerados como atrativos turísticos e que recebem visitação pública. Foram considerados os sítios pré-históricos e os históricos classificados por meio das ações “planejadas” e “não planejadas”. Em análise por região, a autora identificou para o Centro-Oeste (GO, MS e MT) 6 sítios, para o Nordeste (BA, CE, PB, PE, PI, RN e SE,) 87 sítios, para o Norte (AP, PA, RO, RR) 20 sítios, para o Sudeste (MG, RJ e SP) 28 sítios, e para a região Sul (PR, RS e SC) 11 sítios. Logo, esse quadro apresenta as cinco regiões do Brasil com potencial para o arqueoturismo, muito embora nem todos os Estados fossem considerados dotados com ações “planejadas” para a prática do turismo.

Thomaz e Ferreira (2012) embasam seus trabalhos em uma perspectiva relacional entre os Parques Arqueológicos da Espanha e do Brasil buscando entender o tratamento do patrimônio arqueológico como

⁴ Sambaqui é a denominação usada para sítios arqueológicos formados por conchas univalves e/ou bivalves, onde é recorrente os vestígios de sepultamento. Muito comum no litoral, mas havendo também os sítios sambaqueiros fluviais, como em Rondônia.

atrativo turístico. Com isso, identificaram quatro parques na Espanha, organizados pela Rede Galega do Patrimônio Arqueológico da Galícia (RGPA): Parque Arqueológico do Megalitismo, Parque Arqueológico de Arte Rupestre, Parque Arqueológico da Cultura Castreña e o Parque Arqueológico do Mundo Romano. Nesses, o patrimônio cultural trabalhado como atrativo turístico tem sido promissor para a preservação e para o progresso comunitário. No Brasil foi identificado somente o Parque Nacional Serra da Capivara, no Estado do Piauí, criado em 1979 e inscrito na UNESCO, em 1991, como Patrimônio Mundial, com mais de 600 sítios com arte rupestre⁵.

Esse quadro evidencia como os inúmeros sítios identificados no Brasil podem se beneficiar com o arqueoturismo, a partir da perspectiva de preservação do patrimônio arqueológico e promoção da autogestão comunitária, a exemplo da Serra da Capivara que vem mantendo alguns programas por meio da prática de visitação monitorada aos seus sítios arqueológicos de arte rupestre.

Adriana M. Guimarães (2012), em sua tese de doutorado, trata especificamente do aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico no município de Iranduba, Estado do Amazonas. Essa autora apresenta uma proposta para trabalhar os atrativos arqueoturísticos de três sítios na cidade de Iranduba: o Hatahara (proposta de musealização de sítio a céu aberto em área urbana), Paricatuba (proposta de interpretação e sinalização da Vila de Paricatuba), e Lago do Limão (proposta de um Centro de Artesanato e Réplicas do Lago do Limão, para a comercialização de réplicas de cerâmica arqueológica entre outros). Essa proposta surgiu como resultado das pesquisas que subsidiaram sua tese a partir da discussão de que o patrimônio arqueológico, como atrativo turístico, pode servir como complementariedade a outros recursos naturais e culturais no âmbito do turismo. Pois, no Brasil, ainda não há tradição do uso do sítio arqueológico como atrativo turístico.

O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO ESTADO DO AMAZONAS

O potencial arqueológico do Estado do Amazonas vem sendo registrado desde o século XIX por naturalistas e viajantes, a exemplo do brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira⁶ (2008) e do etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg⁷ (2005). Em momento posterior aos naturalistas, há os registros dos arqueólogos Paul Hilbert, no final da década de 1950, passando por Mário Ferreira Simões, nos anos de 1970 e 1980⁸,

⁵ De acordo com acesso ao Wikipédia. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_da_Serra_da_Capivara>. Acessado em 08/02/2013.

⁶ Baiano de nascimento foi mandado estudar em Portugal, obtendo as bênçãos da coroa é mandado ao Brasil com a incumbência de proceder à coleta de espécimes da flora e fauna, bem como, exemplares da cultura material dos grupos étnicos contemporâneos, criando um grande acervo dos índios Tikuna.

⁷ Etnólogo que empreendeu uma expedição ao noroeste Amazônico pelo rio Amazonas, na fronteira da Colômbia e Venezuela, entre os anos de 1903 e 1905, registrando visualmente a cultura indígena, detendo-se em especial ao entendimento das sinalações rupestres ao longo do alto rio Negro e seus afluentes.

⁸ No âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA e do seu sucedâneo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica - PRONAPABA.

chegando ao conturbado resgate arqueológico do Programa de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico na Área do Reservatório da UHE, Balbina – SAUHEB⁹ -, no final da década de 1980.

As pesquisas do Projeto Amazônia Central (PAC)¹⁰, realizadas entre 1995 e 2012 contribuíram fortemente para evidenciar o patrimônio arqueológico do Estado do Amazonas e ampliar as informações sobre a ocupação pré-colonial desse Estado (GUIMARÃES, 2012).

Além desses, projetos voltados para a arqueologia histórica do centro de Manaus (ZANETTINI *et al.*, 2002) e para o conhecimento de novas áreas nas regiões do médio e baixo rio Amazonas (informação pessoal de Helena Lima Pinto) vem evidenciando ainda mais o patrimônio arqueológico do Estado¹¹. No entanto, nenhum deles tem como foco ou desmembramento o arqueoturismo, apesar de alguns aceitarem a visitação turística como experiência de viabilidade, mas não com ações planejadas específicas. Dentre elas destacam-se os desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Cultura – SEC, focados no segmento da arqueologia histórica, no centro de Manaus, um dos quais, coordenado por Paulo Eduardo Zanettini e outro no sítio da catedral, pela equipe da SEC.

Atualmente, algumas centenas de sítios arqueológicos estão registrados no Amazonas, o que torna evidente o potencial do Estado para o arqueoturismo. Vários desses sítios poderiam receber estudos de viabilidade para o seu uso, não só pela sua importância no contexto da história da Amazônia, mas também porque parte deles já recebem visitas não planejadas. Essas visitas ocorrem pelo fato de os sítios¹² estarem localizados próximos a áreas com atrativos naturais - como cachoeiras (locais onde é comum a presença de arte rupestre) - e, culturais - representados pelas zonas rurais, onde é comum a ocorrência de sítios cerâmicos.

Diante dessa situação, Guimarães (2012, p. 127) questiona o fato de não se considerar oficialmente a existência de um turismo arqueológico no Norte do País. Tomando como base o Amazonas, a autora embasa tal afirmativa a partir dos quatro principais destinos turísticos desse Estado elencados pelo Ministério do Turismo e que são: Barcelos com o ecoturismo, a pesca esportiva e a aventura; Manaus com o ecoturismo e turismo cultural, náutico, pesca, negócios e eventos; Parintins com o ecoturismo, o turismo cultural e o de pesca; Novo Airão, pontualmente, com o Parque Nacional das Anavilhanas, com cerca de 500 ilhas, cachoeiras, gravações rupestres entre outras atrações.

Guimarães (2012) informa, ainda, que recentemente houve a inserção de outros municípios com potencial turístico – Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Novo Airão (incluindo outros atrativos), Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Silves, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira,

⁹ Programa coordenado por Armanda Mendonça de Souza.

¹⁰ Projeto que ocorreu entre os anos de 1995 até meados de 2012, e coordenado por Eduardo Góes Neves, James Petersen e Michael Heckenberger.

¹¹ Há outros projetos em andamento nas regiões do médio e baixo rio Amazonas e na área da Estação Caldeirão da EMBRAPA / IRANDUBA-AM, coordenados por Eduardo Góes Neves e Helena Lima.

¹² Sítios com gravuras rupestres em Airão/AM, e os sítios Açutuba e Hatahara – Iranduba/AM, sendo este último divulgado em material impresso da prefeitura de Iranduba como atrativo turístico.

mas nenhum deles direcionado para o arqueoturismo. Talvez, baseado nestes dados a autora tenha proposto formatar os três sítios de Iranduba citados anteriormente, como produtos arqueoturísticos¹³.

O município de Presidente Figueiredo, no Amazonas, é conhecido pelas suas cachoeiras e cavernas, dentre outros atrativos que alavancaram o turismo local e promoveram um fluxo intermitente de turistas. O potencial arqueológico desse município foi evidenciado durante os trabalhos de salvamento arqueológico dos sítios que seriam afetados diretamente pela UHE- Balbina. Foram identificados 147 sítios arqueológicos, muitos dos quais impactados pela supressão vegetal para a abertura de ruas ou mesmo de acesso às áreas de empréstimo (informação pessoal de Arminda Mendonça de Souza). Um único sítio com pinturas rupestres foi identificado e ficou a salvo por estar localizado na Vila de Balbina, estando fora da área de impacto direto da hidrelétrica¹⁴ (SOUZA, 1995). Pelo menos 21 sítios com gravuras rupestres nos rio Uatumã, Pitinga e Santo Antônio do Abonari ficaram submersos. Numa tentativa de salvar algumas gravuras foram retiradas do seu local original - o sítio Cachoeira Balbina (AM-UR-47) - 4 blocos, cada um com uma gravura (FIGURA 02), e transportados para o Centro de Proteção Ambiental – CPA (FIGURA 01) que no ano de 1987 ainda estava em construção. Atualmente, o CPA está fechado e em ruínas (FIGURA 03).



Figura 01: Centro de Proteção Ambiental em 1994. Foto: Arminda Mendonça.

¹³ Em linguagem do segmento do turismo, “produto turístico” implica, entre outros, dispor de campanha de mídia capaz de despertar o interesse do turista para conhecê-lo, além de toda a infraestrutura necessária básica de qualidade, saneamento etc., despertando no turista a vontade de voltar ao lugar.

¹⁴ Sobre o quantitativo de sítios, há divergência nas informações: em Souza (1995), em trabalho acadêmico de mestrado impresso em papel timbrado do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas.

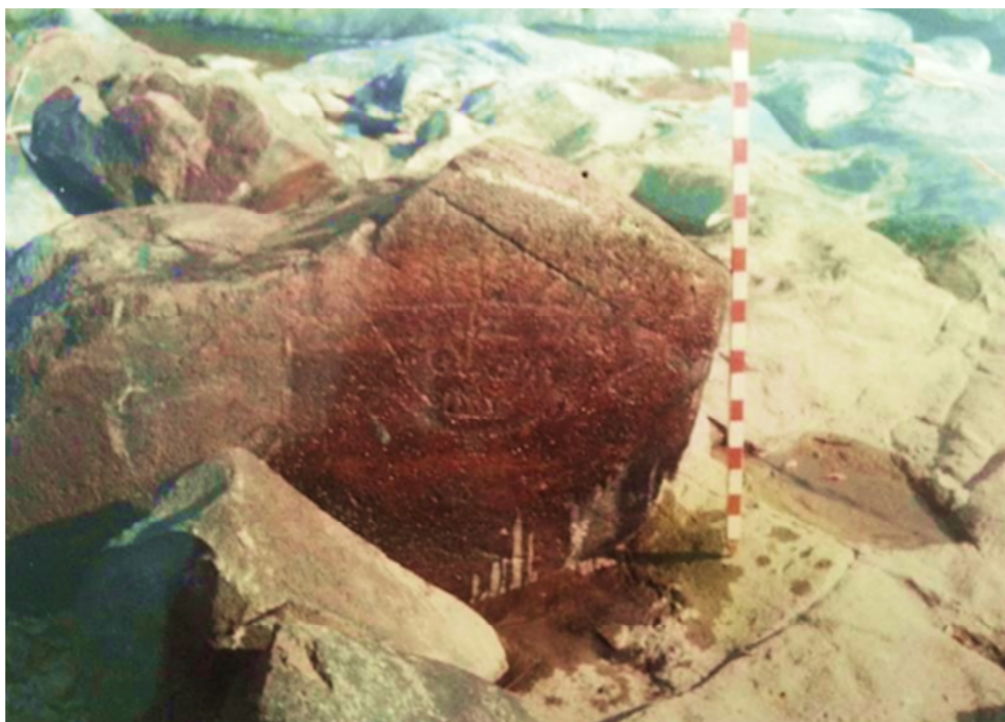


Figura 02: Bloco com gravura rupestre em área submersa pela Hidrelétrica e que foi levado ao CPA, em 1987.

Foto: Hamilton Salgado.



Figura 03: Interior do CPA e o bloco com gravura rupestre (FIGURA 02), cujo teto está sobre o suporte de uma tora em madeira improvisada, registrado em 2010. Foto: Margaret Cerqueira.

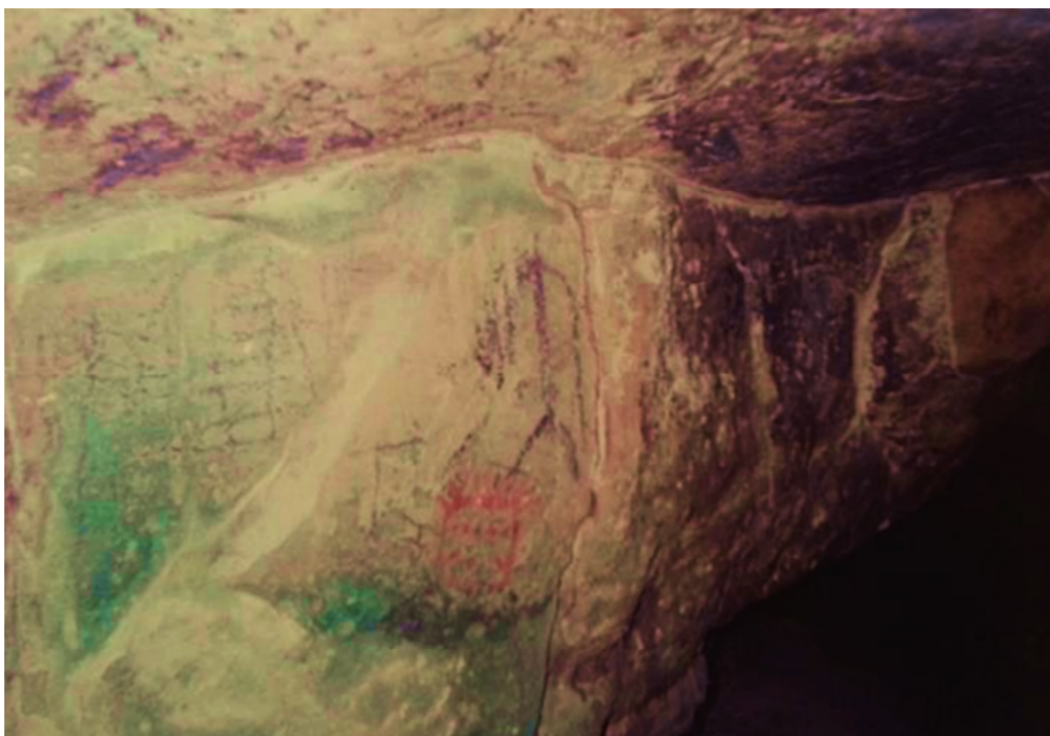


Figura 04: Registro feito em 1992 de um dos painéis da Gruta do Batismo antes do seu deslocamento parcial.

Foto: Marcus Vinícius Corrêa.

O único sítio que não foi atingido diretamente com a construção da UHE-Balbina foi a Gruta do Batismo, localizada na Vila de Balbina¹⁵. O maior impacto que este sítio sofreu e vem sofrendo, está relacionado com a visitação pública no local, sem que o mesmo esteja preparado para tal. A denominação do sítio foi mantida pelos pesquisadores em respeito a existência de uma “bica” (queda d’água) localizada antes da “Gruta”, como local de batismo evangélico. Além dessa atividade religiosa, a Gruta foi utilizada até o início de 2012 por caçadores para assar caça ou como abrigo no período das chuvas.

O avanço da degradação de um dos painéis do sítio é constatado a partir da comparação do registro fotográfico realizado pelo arqueólogo Marcus Vinícius Corrêa, em 1992 (FIGURA 04) e do registro realizado por alunos do curso de bacharelado em arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, no ano de 2010, em visita técnica ao sítio arqueológico (FIGURA 05).

¹⁵ A Vila de Balbina está localizada no município de Presidente Figueiredo e foi criada para abrigar os funcionários que trabalhavam na construção da UHE-Balbina e moradores da área. Atualmente, vivem cerca de 3,5 mil pessoas, mas somente 450 tem emprego. Sendo empregados da hidrelétrica e servidores municipais e estaduais, segundo a Associação de Moradores da Vila de Balbina.

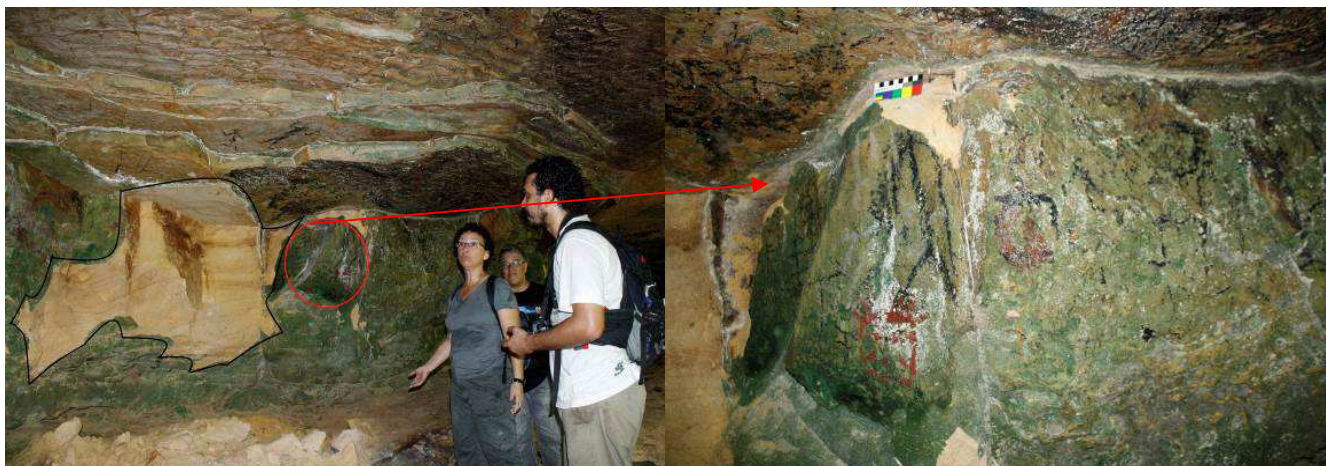


Figura 05: A área tracejada em vermelho corresponde ao painel com pinturas apresentada na figura 04. A área tracejada em preto corresponde ao deslocamento da rocha registrado em 2010. Foto: Margaret Cerqueira.

Houve o deslocamento de uma grande parte do suporte rochoso situado ao lado e abaixo de painéis com pinturas rupestres. A causa pode ter sido oriunda da ação humana (visto as marcas encontradas no suporte) ou da ação natural (visto que a rocha é friável), porém não foram realizadas análises que confirmassem tais hipóteses.

O reconhecimento da Gruta do Batismo como atrativo turístico foi formalizado com a elaboração de um plano de manejo específico para o local, produzido em 2005 pela empresa Ecosystema Consultoria Ambiental a pedido do Governo do Estado do Amazonas, por meio da Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR.

A GRUTA DO BATISMO

A Gruta do Batismo está localizada na Vila de Balbina, em Presidente Figueiredo-AM (FIGURA 06), e está a 107 km em linha reta da cidade de Manaus. O acesso ao sítio é fácil, sendo feito desde Manaus pela BR-174 adentrando a rodovia estadual AM-240, no entroncamento do km 102 desta BR.

A Gruta do Batismo (FIGURA 07) está registrada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) com a sigla AM0010.

As pesquisas arqueológicas realizadas nesse sítio (QUADRO 01) se limitaram ao registro das pinturas rupestres através de fotos, filmagens e por decalque utilizando plástico transparente e informações em fichas próprias. Nenhuma escavação arqueológica foi feita na época do SAUHEB (Programa de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico na Área do Reservatório da UHE, Balbina), em razão desse sítio não ser afetado diretamente pela implantação da Usina Hidrelétrica. A sua pesquisa foi realizada durante a segunda etapa do SAUHEB, em 1988, sob a nova coordenação do arqueólogo Adilson Rodrigues da Silva (informação pessoal de Arminda Mendonça de Souza). Com relação às pinturas rupestres, as informações

não são consensuais. Arminda Mendonça de Souza, arqueóloga responsável pelo preenchimento da ficha do CNSA, informou que existiam nas paredes internas da Gruta 22 sinalizações em três cores (vermelha, preta e amarela). No entanto, Corrêa (1994), responsável pelo estudo dos sítios com arte rupestre do SAUHEB, afirmou existir 24 sinalizações nas cores preta e vermelha.

A GRUTA DO BATISMO COMO ATRATIVO TURÍSTICO

A Gruta do Batismo é usada também para fins recreativos por parte dos comunitários porque em suas proximidades há uma pequena queda d'água e um lago. Avaliando a exposição da Gruta às ações antrópicas e naturais Corrêa (1994, p.110) afirma que: *“em função desta frequência, a gruta encontrava-se bastante depredada, com desenhos em carvão de antropomorfos junto às pinturas rupestres e gravações de nomes, tanto em carvão quanto em sulcos. Este fato era agravado por ser a gruta escavada em arenito”*.

Após ter sido identificada em 1986 como sítio arqueológico, a Gruta do Batismo teve um aumento significativo de visitação por parte de populares, em termos de fluxo turístico.

As agências de viagens desconheciam as pinturas rupestres ali existentes, não incluindo em seus pacotes, exceto as que faziam parte do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Ecoturismo para a Amazônia Legal – PROECUTUR (NGP), sendo requisito para participar deste Programa os municípios que tivessem sítios arqueológicos, unidades de conservação (Ucs) e grupos étnicos indígenas (FIGURA 08).

Por preencher esses requisitos, Presidente Figueiredo foi um dos primeiros municípios escolhidos pelo PROECUTUR, em 1998, para compor o NGP. O seu destaque se deu principalmente por possuir até aquela data o único sítio com pinturas rupestres registrado no Amazonas, pois no âmbito das gravuras rupestres, a maioria dos municípios selecionados preenchia o requisito (informação pessoal de Arminda Mendonça de Souza¹⁶). Como resultado das ações de implementação do NGP, houve tão somente a tentativa de ordenar o seguimento turístico por meio da organização dos proprietários de cachoeiras e de áreas com outros atrativos turísticos.

Em decorrência dessa tratativa, a Gruta foi alvo de visitação turística, mas sem infraestrutura de acesso e que foi dificultada pela grande quantidade de resíduos sólidos depositados na entrada do acesso principal. Por esse motivo, segundo informação de moradores, a Gruta voltou a ser procurada apenas por caçadores ou por jovens que praticam caminhadas. Apesar da diminuição do número de visitantes, os problemas de conservação persistiram e se agravaram em decorrência dos diferentes depósitos de alteração e deslocamento do suporte rochoso favorecido por ser um arenito bastante friável. Mesmo com os

¹⁶ Arminda Mendonça de Souza, Diretora Técnica de Desenvolvimento Turístico da AMAZONASTUR.

problemas de conservação apontados por Corrêa em 1994 e que foram também enfatizados no Plano de Manejo do sítio em 2005, nenhuma ação foi feita no sentido da conservação do sítio até o ano de 2013.

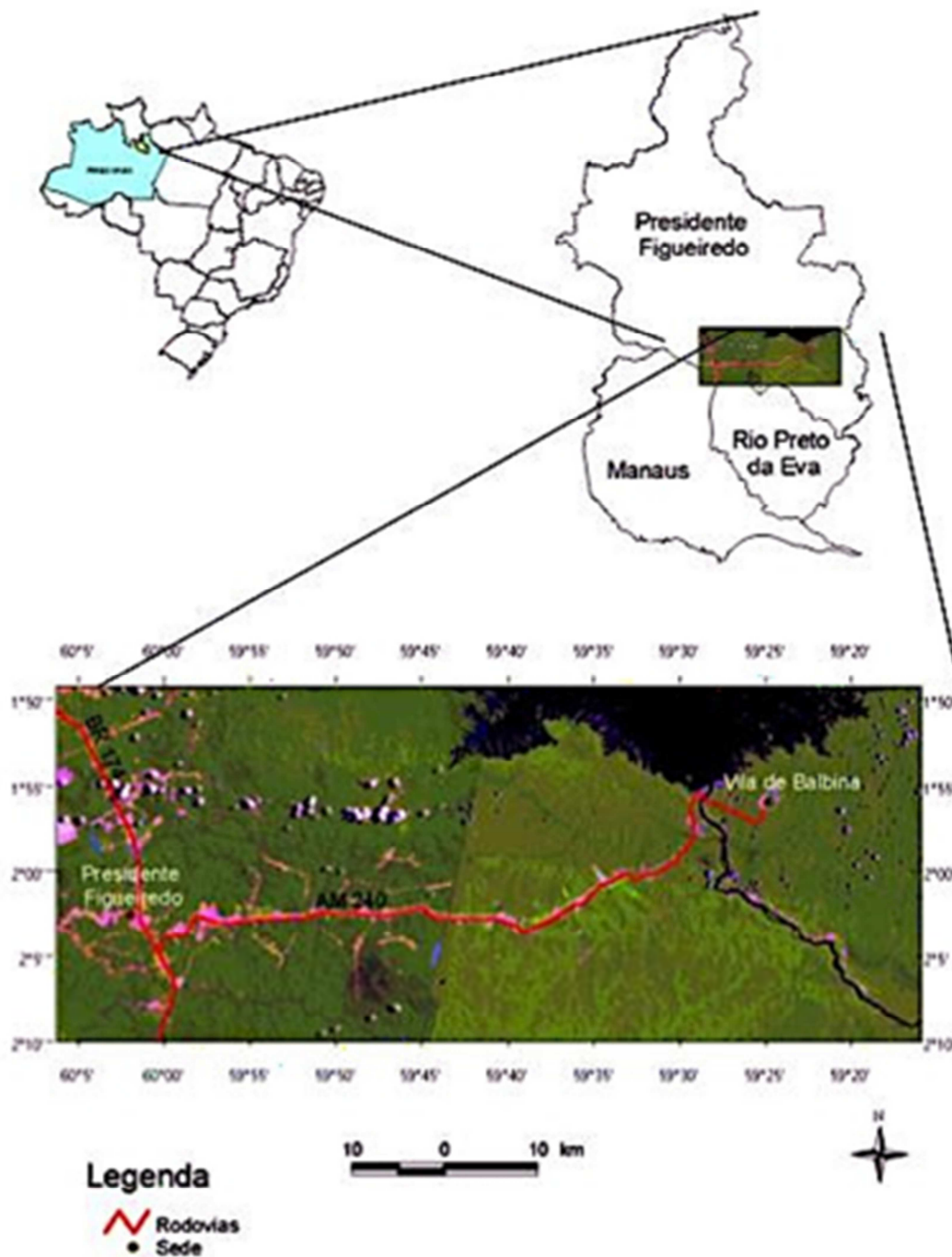


Figura 06: Localização do Município de Presidente Figueiredo e da Vila de Balbina. Fonte: Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Geociências. GIRÃO, F.E. (2004).

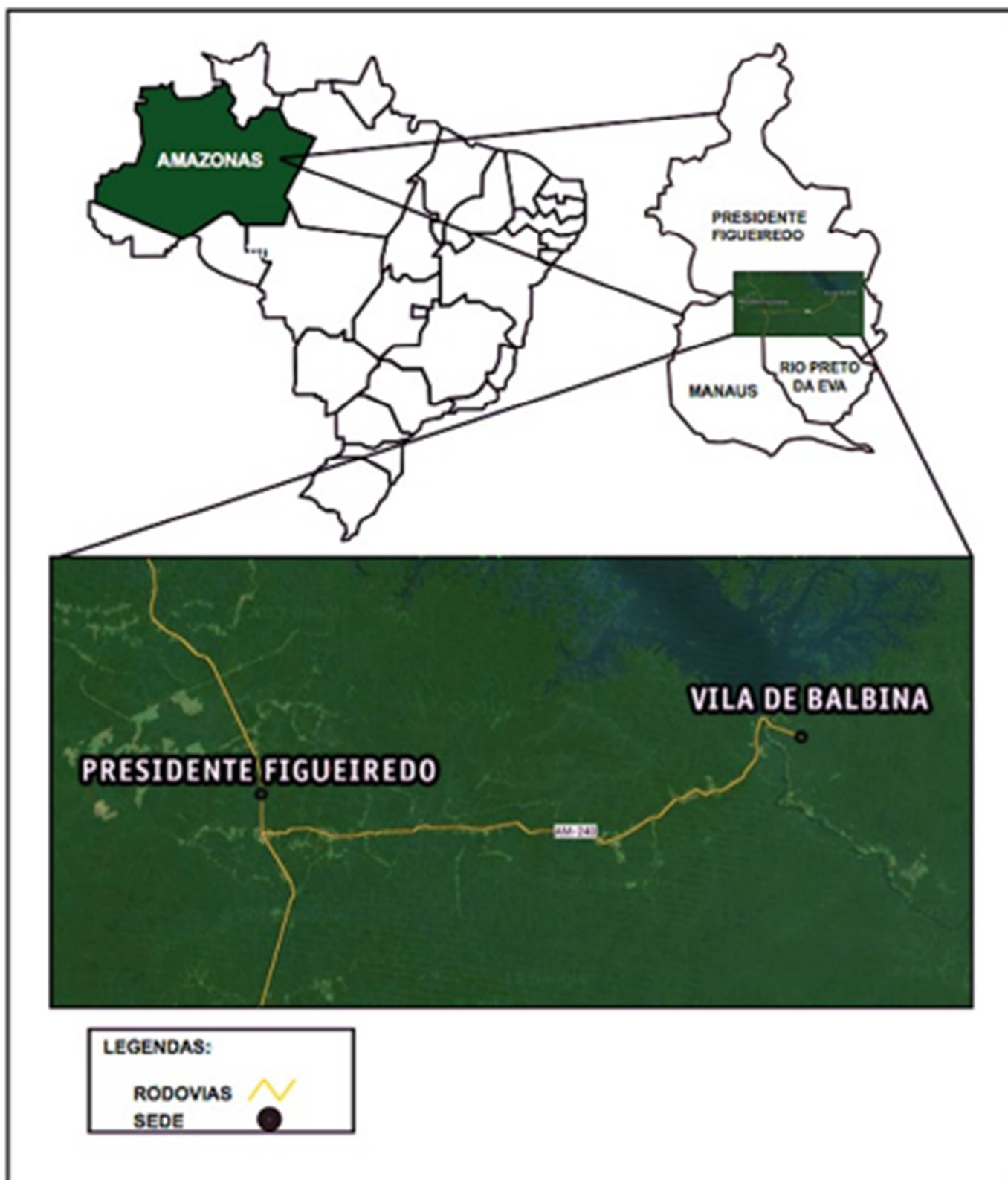


Figura 07: Imagem adaptada de GIRÃO, F.E. 2004. Mapa de Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Geociências.

ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO	E/OU	ANO	E/OU	RESULTADOS
	PESQUISADOR (A)		PERÍODO		
Programa de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico na Área do Reservatório da UHE- Balbina e seu entorno (SAUHEB).	Arqueóloga	Arminda Mendonça de Souza.	1986		Identificação do sítio.
Programa de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico na Área do Reservatório da UHE- Balbina e seu entorno (SAUHEB).	Arqueóloga	Arminda Mendonça de Souza, Marcus Vinícius Corrêa, Walter Castilho da Rocha e Adilson Silva.	1987/1988		Levantamento das pinturas rupestres.
Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infraestrutura e Sinalização do Sítio Arqueológico Gruta do Batismo, Presidente Figueiredo-AM.	Ecosistema Ambiental	Consultoria	2005		Indicação da Gruta como Unidade de Conservação na categoria Patrimônio Natural com uso restrito à contemplação do bem arqueológico e estudo de capacidade de carga para o arqueoturismo.
Curso de formação de Monitores em Ecoturismo para a Gruta do Batismo.	CETAM	Instrutor: Ronisley Martins.	2007		Formação técnica direcionada aos comunitários à luz do Plano de Manejo da Gruta.
Curso de formação de Guia para a Gruta do Batismo	CETAM	Instrutor: Ronisley Martins.	2008		Formação técnica aberta a alunos do Estado à luz do Plano de Manejo da Gruta.
Atividade extraclasse dos alunos do curso de bacharelado em Arqueologia.	Universidade do Estado do Amazonas	Professores: Doutora Edithe Pereira e Msc. Raoni Valle.	2010		Observação da Gruta e constatação da degradação, possivelmente, por ações antrópicas e naturais.
Atividade extraclasse dos alunos do curso de bacharelado em Turismo	Universidade do Estado do Amazonas	Professora: Msc. Arminda Mendonça de Souza.	2010		Análise da Gruta e seu entorno na perspectiva do Ecoturismo.

Quadro 01: Atividades realizadas na Gruta do Batismo entre os anos de 1986 e 2010.

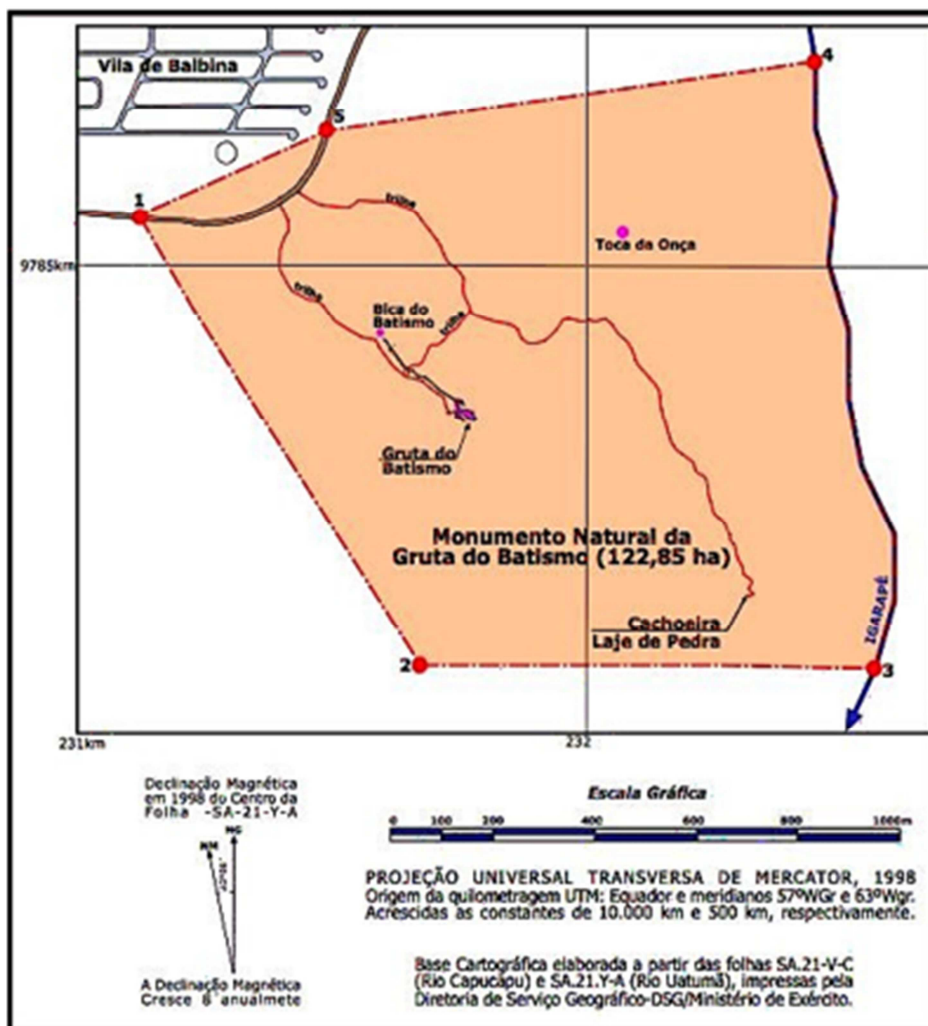


Figura 08: Localização da Gruta do Batismo na Área sugerida para a Unidade de Conservação. Fonte: Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infra-Estrutura e Sinalização do Sítio Arqueológico Gruta do Batismo, Presidente Figueiredo / AM. (2005).

PLANO DE MANEJO DA GRUTA DO BATISMO

Plano de Manejo é um mecanismo ordenado e oficial de zoneamento das Unidades de Conservação, com técnicas de planejamento ecológico capazes de elaborar propostas de desenvolvimento físico a partir de diretrizes básicas para o manejo da Unidade (IBAMA, 1996).

O Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infraestrutura e Sinalização do Sítio Arqueológico Gruta do Batismo, Presidente Figueiredo-AM foi elaborado no final de 2005 pela empresa Ecosystema Consultoria Ambiental¹⁷.

¹⁷ Sob coordenação geral da Bióloga MSc. Gisele Cristina Sessegolo, tendo como contratante a Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR), por meio do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR) e do Ministério do

Os estudos contemplados nesse plano de manejo levaram em conta não apenas a Gruta, mas também o seu entorno, por entender que não seria suficiente sugerir ações de manejo turístico voltadas somente para a Gruta. Com isso, houve a indicação para transformação em Unidade de Conservação Integral na categoria Monumento Natural¹⁸ com uso restrito à contemplação do sítio arqueológico de arte rupestre e estudo de capacidade de carga para o arqueoturismo, em consonância com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).

A indicação dessa categoria partiu do entendimento de que não haveria como compatibilizar as diversas atividades realizadas na Gruta e seu entorno, com as ações promotoras da conservação do bem cultural e uso sustentável do local.

De acordo com o Plano de Manejo, sendo a área de instalação do sugerido Monumento Natural de domínio da Eletronorte, haveria, ainda, a possibilidade de uma gestão compartilhada com a prefeitura municipal de Presidente Figueiredo. A proposta veiculada no Plano de Manejo foi resumida no quadro 02.

1. Regularizar a atividade pertinente ao uso dos atrativos turísticos (capacidade de suporte);
2. Prática de atividade na localidade;
3. Prestação de serviços;
4. Recolhimento de tributos públicos e gestão da atividade;
5. Políticas públicas Municipais adequadas para o desenvolvimento da atividade;
6. Incentivar a organização social para o desenvolvimento da atividade turística na Gruta do Batismo.

Quadro 02: Propostas do Plano de Manejo

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA TEORIA À PRÁTICA?

Discorrer sobre qualquer “prática” voltada a minimizar os danos ao sítio arqueológico de arte rupestre Gruta do Batismo é difícil. Isto porque todos os dados levantados que subsidiam este artigo nos levam a crer que pouco ou quase nada foi feito para salvaguardar o patrimônio arqueológico. Haja vista que se tem uma cronologia de fatos que deveria convergir para o manejo sustentável do único sítio de pinturas rupestre registrado e conhecido no Amazonas¹⁹.

Nesse contexto, conclui-se que o Plano de Manejo está caracterizado como a parte teórica de todo o processo e que a parte prática consistiu tão somente nos trâmites restritos aos órgãos competentes, sendo

Meio Ambiente (MMA), atualmente esse Programa integra a pasta do Ministério do Turismo (MTUR). O aporte financeiro veio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

¹⁸ Entende-se como Monumento Natural, conforme o previsto no art. 12 da Lei nº 9985/200, os sítios naturais raros e com singularidades ou grande beleza.

¹⁹ Há informações orais acerca da existência de outros sítios de pinturas rupestres, mas esses dados não estão disponíveis.

eles a Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR), a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, a Gerência de Energia da Amazonas Energia, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Chico Mendes (ICMBIO), que não ganharam maiores proporções quanto à efetiva preservação do patrimônio brasileiro. Entre os meses de março e julho de 2011, esses órgãos procederam a uma discussão sobre a preservação do sítio localizado em Área de Proteção Ambiental – APA de Presidente Figueiredo, após terem sido provocados pelo IPHAN mediante denúncia acerca da falta de proteção ao sítio arqueológico.

Como resultado desse imbróglia houve uma portaria municipal proibindo a visita à Gruta e o estabelecimento de vigilância 24h por dia até a recuperação das agressões sofridas, a retirada de três placas de sinalização que indicavam o acesso ao sítio e a tentativa de se criar uma Lei Municipal de Interdição da Gruta do Batismo até que fosse definida a infraestrutura adequada de visitação. Importante ressaltar que as placas foram colocadas por iniciativa da AMAZONASTUR frente aos atrasos das decisões Municipais de Presidente Figueiredo e da necessidade de dotar de infraestrutura turística os municípios, sendo que o aporte financeiro foi proveniente do Ministério do Turismo destinado à implantação de sinalização turística. O que demonstra a falta de afinidade entre os discursos Estadual e Municipal.

De forma imparcial é possível inferir que a ação prática prevista na Constituição Federal Brasileira, artigo 216, inciso V, que trata dos “sítios de valor histórico, paisagístico e arqueológico”, bem como em seu parágrafo 1º, quando enfatiza que o “poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” não saiu da teoria, mesmo com um diagnóstico técnico-científico que foi o Plano de Manejo da Gruta. Lamentavelmente esse Plano de Manejo nunca foi implementado porque a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo não dispunha de recursos financeiros para executá-lo (informação pessoal de Francisco Everardo Girão²⁰). Dessa forma fica evidente a falta de diálogo entre os órgãos públicos municipal, estadual e federal, bem como uma provável falta de compromisso de empresas construtoras que cumprem minimamente as leis para poderem construir e que após a obra concluída esquecem as responsabilidades para com o patrimônio resgatado.

O investimento do dinheiro público do Governo Federal e do Estado do Amazonas no Plano de Manejo e o reconhecimento da latente necessidade de criar ações planejadas para o uso da Gruta encerraram-se no reflexo das ações degradantes e do uso sem planejamento do sítio arqueológico por turistas e comunitários. Sendo essa conclusão corroborada na perspectiva do turismo de Guimarães (2012, p.129) que diz:

²⁰ Geógrafo e Chefe de Departamento de Programas e Projetos da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR.

O que acontece no município de Presidente Figueiredo é emblemático. Devido à existência de grutas com pinturas rupestres, o aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico segue a mesma lógica imediatista descrita anteriormente: insere-se no mercado turístico aquilo que poderá atrair facilmente, mesmo sem planejamento e estruturação para tal. Uma lógica perigosa, que aponta para a necessidade absoluta de mudanças na mentalidade política local.

Com isso, tem-se essa problemática exposta que demanda a retomada emergencial das discussões de preservação do sítio arqueológico da Gruta do Batismo, que poderá ter danos irreversíveis caso não haja ações fluidas voltadas à sensibilização dos órgãos gestores do bem público para consolidar a interdição da Gruta do Batismo pelo IPHAN, e restringir seu uso às pesquisas científicas devidamente autorizadas por instâncias responsáveis pela sobrevivência do patrimônio arqueológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, A. *A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira à Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, 1999. Segunda Edição, Manaus: Valer, 2008.
- CHILDE, V. G. *Introdução à Arqueologia*. Lisboa: Publicações Europa, s/d.
- CORRÊA, M.V. *As gravações e pinturas rupestres na área do reservatório da UHE Balbina/AM*. Dissertação (Mestrado em Arte), Escolas de Belas Artes da UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.
- ECOSISTEMA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. *Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infraestrutura e Sinalização do Sítio Arqueológico Gruta do Batismo/AM*. Manaus: AMAZONASTUR, 2005.
- FERREIRA, A.R. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Matogrosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- FIGUEIREDO, S.L.; PEREIRA, E. *Turismo e Arqueologia na Amazônia - Brasil: aspectos de Preservação e planejamento*. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. UAM/ANPTUR, 2007.
- GIRÃO, F.E. *Aspectos geomorfológicos do Município de Presidente Figueiredo-AM: Um Estudo de Caso no Trecho das Rodovias BR 174 e AM 240*. Dissertação (Mestrado em Geociência) - Instituto de Ciências Exatas do Programa de Pós-Graduação em Geociências da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005.
- GUIMARÃES, A.M. *Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico do Município de Iranduba/AM*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- KOCH-GRÜNBERG, T. *Dois anos entre os Índigenas - Viagens no noroeste do Brasil (1903-1905)*. Edição Comemorativa dos 100 anos da viagem de Grünberg. Manaus: Faculdade Salesiana Dom Bosco/Editora: Universidade do Amazonas, 2005.
- LIMA, H.P. *Informação Pessoal do Sítio Escola Caldeirão/EMBRAPA, Iranduba/AM*, Julho de 2011.
- MANZATO, F. *Turismo Arqueológico – Diagnóstico em Sítios Pré-Históricos ou Históricos no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Rio Grande do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2005.
- MILLER, E.T. *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte; Resultados Preliminares*. ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Brasília, 1992.
- MORAIS, J.L. *Arqueologia e Turismo*. IN: IMFGHARI, P.P.A.; PIMSKYM, J. (ORG) *Turismo e Patrimônio Cultural*, São Paulo: Contexto, 2001, p. 95-103.
- PERREIRA, E. *Arte Rupestre na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; São Paulo: UNESP, 2003.
- SCATAMACCHIA, M.C.M. *Turismo e Arqueologia*. São Paulo: Aleph Editora, 2005.

SIMÕES, M.F.; ARAÚJO-COSTA, F. *Áreas da Amazônia Legal Brasileira para Pesquisa e Cadastro de Sítios Arqueológicos*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi (Publicações Avulsas nº 30) 1978.

SOUZA, A.M.; CORRÊA, M.V. *Turismo: Conceitos Definições e Siglas*. Manaus: Valer, 1998.

TOMAZ, R.C.C.; FERREIRA, T.A. *O Uso Do Patrimônio Arqueológico Como Atrativo Turístico*. 5º Congresso Latino – Americano de Investigação Turística, 2012.

ZANETTINI, P.E.; NEVES, E.G.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. *Projeto de Arqueologia Urbana - Arqueourbs - de Manaus*. Relatório Final de Pesquisa, Manaus, 2002.